

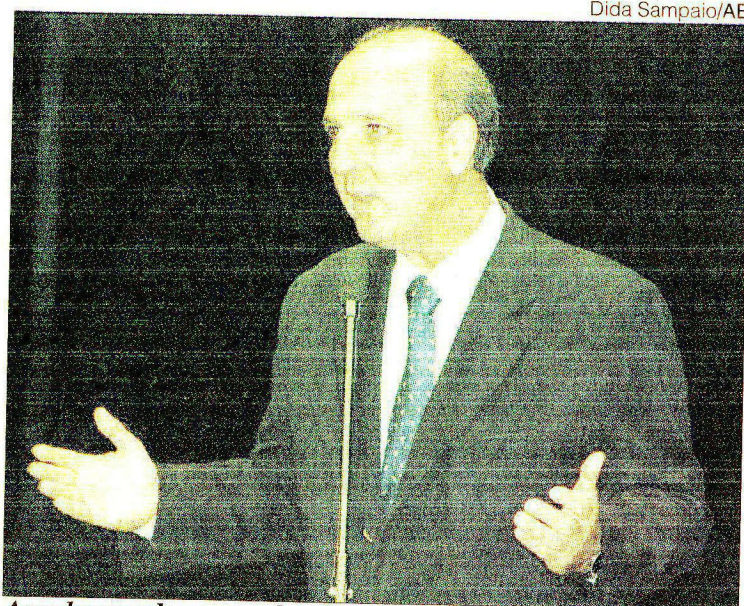
Relatório sobre painel deve preservar ACM

Técnicos alegam que objetivo era só o de apontar eventuais falhas no sistema de votação

RENATA GIRALDI
Especial para o Estado

BRASÍLIA – O relatório elaborado pela comissão que investiga a vulnerabilidade do painel eletrônico do Senado não deverá sequer referir-se à possibilidade de o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ex-presidente da Casa, ter violado o sistema para saber como os parlamentares votaram durante sessão secreta. A justificativa dos técnicos é que a comissão estava encarregada apenas de examinar falhas no sistema eletrônico e não participar do debate político e ético. O documento será entregue amanhã à tarde pelo presidente da comissão, Dirceu Teixeira de Matos, aos presidentes da Comissão de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), e do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), ao primeiro-secretário, Carlos Wilson (PPS-PE) e ao corregedor-geral da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP).

Depois de receber o relatório, Jader deverá pedir a abertura de processo penal responsabilizando uma das empresas que instalou o equipamento. A suspeita maior recai sobre a empresa gaúcha Eliseu Kopp, fornecedora do painel de votações. Já Carlos Wilson poderá abrir processo administrativo para apurar responsabilidades de funcionários do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) encarregados de verificar as condições e as possibilidades de violação do sistema eletrônico. No relatório, serão apontados os nomes dos funcionários do Senado e também o da empresa.



Dida Sampaio/AE

Arruda: senador nega saber da existência de lista com voto secreto

Para elaborar o relatório, a comissão baseou-se no laudo preparado pelos técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp), que concluíram que o sistema é vulnerável, mas não conseguiram provas concretas de que foi retirada dos computadores do painel a lista com os votos dos parlamentares na sessão secreta que cassou o ex-senador Luiz Estevão Oliveira (PMDB-DF). A suspeita veio à tona após publicação de reportagem na revista IstoÉ, na qual foi transcrita uma conversa entre ACM e três procuradores da República. Na conversa, o senador teria afirmado que dispunha de uma lista com os nomes daqueles que votaram contra e a favor da cassação.

Tribuna – Ontem, ACM foi a tribuna do Senado para defender o colega e líder do governo no Senado, José Roberto Arru-

da (PSDB-DF). Segundo a IstoÉ do último fim de semana, Arruda saberia da existência da suposta lista com os nomes dos senadores que teriam votado ou não pela cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão e seria, ainda, responsável pela indicação da então diretora do Prodassen, Regina Borges, demitida

em seguida por Jader. “Quero desmentir qualquer informação que publicou a tal revista”, disse ACM.

Minutos antes, Arruda havia pedido a palavra para negar o teor da reportagem.

Ele afirmou ter conversado, também, com o líder da oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), que, segundo a revista, saberia que o tucano tinha a lista. “Achei aquilo sem pé nem cabeça, os dois senadores citados pela revista negaram a informação”, afirmou Arruda. (Colaboraram Rosa Costa e Cida Fontes, da Agência Estado)

EMPRESA
PODERÁ SER
ALVO DE
PROCESSO